

**RACISMO E PRECONCEITO: OLHARES E ABORDAGENS SOBRE A
CULTURA AFRO BRASILEIRA.**

Priscila Aparecida Moreira Salgado Siqueira

Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História -

PROFHistória/UFMT.

priscila.ams@gmail.com

Resumo: As práticas discriminatórias no Brasil pautados no racismo ainda estão presentes na sociedade. Os preconceitos que marcam a história brasileira desde o processo de escravidão, ainda são evidentes no tempo presente, como os casos que são publicizados em vários espaços da mídia. Um dos casos que chamou atenção foi de uma criança negra, chamada Bella. O episódio expondo essa criança foi utilizado por jornais, mídias sociais para discutir a questão do racismo. Assim, a partir deste episódio, este artigo tem como objetivo analisar como atitudes racistas pode interferir na construção da identidade de uma pessoa a levando negar suas características fenóticas e não só o racismo. Para realizar a análise, utilizamos a abordagem teórica sobre a contribuição cultural dos grupos afros no Brasil, a abordagem sobre identidades negras e sobre o preconceito racial para abordar o caso da criança Bella. Além disso, utilizamos como fontes duas reportagens de O Estadão e de O Globo, que apresentaram o episódio envolvendo a menina Bella.

Palavras Chaves: Racismo. Democracia Racial. Identidades.

1. Algumas considerações sobre a história e cultura africana e afro brasileira.

Por muitos séculos todos os aspectos que envolviam as características identitárias dos negros eram desqualificadas, ridicularizadas, propiciando uma representação no imaginário social negativo sobre o negro e sua cultura. SANTOS (2016) procura fazer uma revisão da influência dos africanos na cultura brasileira, nos seus diversos elementos. A autora inicia destacando a importância da cultura negra como elemento essencial para a formação da identidade brasileira, porém ela ressalta que somente a partir do século XX é que manifestações, rituais e costumes de origem africanos começaram a ser aceitos como expressões nacionais.

Atualmente já podemos perceber a mudança em relação a abordagem, estudos como de MUNANGA (2005) em “Superando o racismo”, e de SANTOS (2016) já trazem a importância do negro para a construção da nação brasileira, demonstrando sua essencialidade nesse processo.

Santos aponta como a História da África não está presente nos conteúdos de História Geral, ela compara a mitologia Greco-romana com seus deuses, que é estudada basicamente em todas disciplinas e em contrapartida não há menção a mitologia africana e seus orixás (SANTOS, 2016, p.218).

Quando damos ciência de ações de um determinado grupo e silenciemos de outros, também colaboramos para que visões errôneas possam ser construídas, assim quando deixamos de mencionar nos conteúdos que:

“quando os portugueses chegaram à África, os africanos já dominavam as técnicas de plantio, tinham sistemas agrícolas bem desenvolvidos, comércio regulamentado e conheciam grande número de ligas artesanais. Muitos povos africanos tinham técnicas mais avançadas do que os lusos, ... Os lusos vieram a conhecer a enxada de ferro com os ganeses e nigerianos” (FONSECA, 2009, apud SANTOS, 2016, p.218).

Não dar visibilidade a essas informações possibilita uma construção equivocada sobre os africanos e sua vivência. Conhecer e valorizar os aspectos na nossa cultura que foram legados dos africanos escravizados na construção de nossa nação é de suma importância para que as desigualdades e o preconceito sejam dirimidos na sociedade brasileira.

Dar os créditos a quem de direito, é uma obrigação, principalmente aquele que fez porém por séculos ficou na condição de inferior. Conforme Santos (2016) mesmo na condição de escravizado os africanos no Brasil não abandonaram seus costumes e religiões, apesar do trabalho estafante e do pequeno ciclo de vida. Essa cultura não podia expressar-se livremente pela sua condição de escravo, mas sobreviveu nas crenças religiosas e práticas mágicas a que se apegavam em seu desamparo no mundo ostil em que viviam, o qual transformavam em dança e músicas, arrefecendo assim o sofrimento do dia a dia.

Dentre essas heranças culturais uma série extensa de palavras oriundas dessas línguas incorporaram-se ao nosso léxico, para os africanos a música e a dança tinham ligação com mundo espiritual e poder de comunicação (SANTOS, 2016).

Os negros estão presentes em todas as esferas da construção cultural, religiosa e medicinal de nossa sociedade, pois dentre seus conhecimentos as técnicas medicinais também estavam presentes. Trazer ao conhecimento da sociedade toda sua história e suas contribuições sem a carga de desqualificação e desmoralização que era imposta aos

negros no período colonial e império que permeou o imaginário social brasileiro é também ato de valorização dessa cultura, pois a abordagem positivada de todas as ações da população africana e afro-brasileira contribuiu para a construção de uma identidade da população negra sem os estigmas da escravidão que por muito tempo os assombram.

De acordo com Ferreira, mundialmente após o término da Guerra Fria e no Brasil mais especificamente no final dos anos 80, os conflitos étnicos tomaram dimensões importante e passaram a compor as pautas de jornais e editoriais, o que obrigou os profissionais a uma mudança de postura e ainda evidencia a forma diferenciada que as mídias os abordam, pois os conflitos ocorridos na Europa são contextualizado, já os de não-europeus têm seus efeitos minimizados, podendo chegar muitas vezes aos estereótipos, impregnados de adjetivos como: “radicais” e “violentos”, mais especificamente os ocorridos na África, são atribuídos pela mídia internacional com características tribais, abordagem essas que acabaram por influenciar no discurso nacional sobre a situação étnica no Brasil (FERREIRA, 2006, p.81-82).

Ao se tornar pauta amplamente cobertas pela imprensa, levou as mídias a um grande desafio com a dança dos termos, o que fez com a própria imprensa criasse um “indexe”, que seria uma forma de verbetes sobre o que pode ou não ser usados, o que tornou um manual de redação do politicamente correto jornalístico.

Ferreira (2006) se utiliza de Martins Filho (1999) que exemplifica os verbetes com o Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo, “raças e nacionalidades”, explica que o jornalista “nunca recorra a palavra que agride raças, nacionalidades ou tendências políticas”. Já em relação aos “grupos minorizados”, que tem o sentido conceitual de segmentos sociais que independente da quantidade, têm pouca representação social, econômica e política, são destacados para cada verbete orientações específicas, como no caso de afrodescendentes, o manual faz uma extensa orientação e é colocado como “negro e mulato” (FERREIRA, 2006, p.83-84).

Tais medidas adotadas pela imprensa levaram a um certo cuidado ao abordar grupos minorizados, porém nem todos seguem essa orientação e ainda tais sinônimos conhecidos como politicamente correto passou a ser massificado e equivocadamente ridicularizado, assim no Brasil é comum “as pessoas usarem o termo como sinônimo de

censura, de privilégios ou simplesmente como galhofa, quando se quer ridicularizar uma situação envolvendo algum segmento minorizado” (FERREIRA, 2006, p. 84).

Essa necessidade da preocupação com o emprego das terminologias,

“apesar de toda fundamentação teórica que sustenta o politicamente correto, a sua pragmática implicou medidas pouco “populares”, como repensar currículos e livros didáticos, abalamento das mensagens dos meios de comunicação de massa e a proposta de substituição de termos que poderiam trazer em si inferências sexista ou racista ou prejudiciais a segmentos minorizados diversos” (FERREIRA, 2006, p. 85).

Cada termo exprime um significado de acordo com o contexto histórico vivenciado, assim o autor cita a definição atribuída por Luís Eduardo Soares para o politicamente correto como a mais completa “[...] um processo em curso, aberto e de consequências imprevisíveis, de renovação dos hábitos cotidianos, a um processo de renovação do que nós poderíamos chamar educação vulgar e básica” (FERREIRA, 2006, p. 85).

Ferreira se utiliza de vários exemplos para demonstrar como o uso dos termos politicamente correto são necessários, pois de acordo com o autor se buscar “termos para designar adequadamente objetos, pessoas ou situações, exige-se do indivíduo e do coletivo conhecimento e consciência”. Assim esse mecanismo de reflexão pode levar a mudanças de postura que por exemplo, ao “chamar um indivíduo de motociclista pode-se gerar uma nova consciência na forma de olhar quem anda de motocicleta e, ao mesmo tempo, exigir desse indivíduo também uma adequação de sua postura ao seu nominativo”. Tais mudanças de nomenclaturas que podem trazer em si, também uma outra carga semântica e de posicionamento social. Essa preocupação com visões construídas pelas terminologias e as consequências que elas “provocam no meio social não é algo exclusivo de termos referentes aos afro-descentes” (FERREIRA, 2006, p. 90).

Com o artigo Negro midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa foi perceptível que as atitudes de tais mecanismo de circulação de informações estão marcados por contradições, pois “deixam transparecer, em notícias publicadas, estereótipos e um discurso conservador ao mesmo tempo em que são importantes canais de denúncia de discriminação” (FERREIRA, 2006, p. 90).

Situações estas que oportunizam debates e denúncias sobre os problemas causados pelas discriminações raciais, fato que podemos evidenciar com a caso da menina Bella

que será tratado neste texto, pois repercutiu nas mídias brasileiras e pode suscitar várias leituras e reflexões sobre a temática.

2. O caso Bella

Pensar o caso Bella é de suma importância para evidenciar como a aceitação e orgulho das suas características fenóticas contribuem para a construção identitária positiva, e discutir as ações como a cometida com a menina Bella, não deixando ser tratada com naturalização do fato, pois essas discussões auxiliam na visibilidade das expressões e ações que perpassam a nossa sociedade de forma naturalizada e solidificam os discursos racistas, a fim de que possamos combatê-los e trabalhar com a finalidade de desconstruir tais discursos, contribuindo para a superação dos mesmos e de promover a igualdade étnico-racial e o respeito e valorização da história e cultura afro-brasileira.

De acordo com a reportagem de o Estado de São Paulo, no dia de julho de 2018, a menina Bella de oito anos de idade teve seus cabelos cortados e alisado pela madrasta com o consentimento do pai, mas não da mãe. Conforme reportagem a menina Bella que mora em Governador Valadares (MG) adora os cachos que tem ou tinha, e que tem “um perfil no Instagram, chamado Dicas da Bella, no qual posta fotos como modelo e dá dicas de moda e beleza para outras crianças”.

Após o episódio Fernanda Taysa, mãe de Bella que possui a guarda compartilhada com o pai de Bella fez uma postagem de desabafo em sua rede social facebook sobre o ocorrido que será reproduzido abaixo, conforme consta na reportagem.

"Na sexta, ela foi para casa do pai dela, com os cabelos lavados e penteados para que ninguém tivesse o trabalho de encostar no cabelo dela para pentear. Pois bem, ontem eu recebo um telefonema do pai me comunicando que a mulher dele cortou os cabelos da Bella sem a minha permissão. E que foi só as pontinhas. Oi, pontinhas? Ela cortou mais da metade do cabelo dela e alisou", relatou Fernanda, que disse que o pai ainda falou que "cabelo cresce".

"Cabelo cresce, porém é direito dela se sentir bem com a identidade dela, suas raízes, sua história. Isso não pode ser violado por vaidade nenhuma, a menos que a mesma queira e eu tenho a convicção de que ela não quis. Quem acompanha os trabalhos da Bella nas redes sociais sabe que ela, desde pequenininha, é uma criança empoderada. Hoje nem dormi direito pois ela já chegou aqui em casa com uma baixa autoestima".

Situação essa que repercutiu nas redes sociais nos levando a refletir sobre como a questão identitária relacionado as características fenóticas da população negra ainda é desrespeitada e desconsiderada em nossa sociedade.

Assim, pontuamos a análise, com o exemplo da atitude tomada pela madrasta e o pai da menina Bella de oito anos, cortaram o cabelo da mesma e o alisou, sem mesmo a consultar, atitude pautada no mito da democracia racial, que ainda dita padrões e normas, colocando o branco como o padrão a ser seguido.

Essa atitude preconceituosa tomada em desfavor de uma menina que com todas as dificuldades que essa sociedade impõe para a construção de uma identidade com características afro, já havia conseguido construir a sua de forma positiva foi totalmente desrespeitada o que pode trazer consequências graves para a construção de sua percepção identitária, mas o que ainda agrava mais a situação é o fato ser tratado pelo pai como algo irrelevante em sua fala “cabelo cresce”.

Essa atitude se compara as expressões e brincadeiras que se propagaram na sociedade e são tratadas como coisas sem importância, “inocentes brincadeiras” infantis que podem causar constrangimentos gigantescos e principalmente influenciar na construção da identidade da pessoa.

“É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana. Se a pessoa acumula na sua memória as referências positivas do seu povo, é natural que venha à tona o sentimento de pertencimento como reforço à sua identidade racial”. (ANDRADE, 2015, p.120)

Nesse viés é de suma importância que sejam promovidas ações que positive as lembranças e memórias das pessoas em relação ao seu pertencimento, não se trata de uma sobreposição ou até mesmo troca de “raça superior”, mas ações que consolidem uma igualdade entre as raças sem comparações ou crenças em melhor ou pior. A atitude cometida com Bella vêm totalmente na contramão do que está se tentado estimular, para que a valorização do ser negro seja efetivada. “A discriminação supervaloriza determinadas culturas, dá ao dominador a ideia de que é o melhor e desenvolve no discriminado o sentimento de menos-valia” (LOPES, 2015, p.188).

Quando nos posicionamos sobre a valorização das características fenótipas como mecanismo de fortalecimento de uma identidade, ressaltamos o papel do cabelo que conforme (RODRIGUES. et all, 2017.) o “cabelo tem caráter identitário e símbolo marcante na hierarquia e na relação de poder ao longo dos anos”, assim desconfigurar características de um grupo ou cultura passa a ser uma forma de sobrepujação do poder e construir uma marca de superioridade a ser “venerada”. É preciso entender que “o cabelo afrodescendente certamente é parte intrincada do perfil estético que compreende a identidade negra”, ações que referem-se a transformações nessa característica podem influenciar na sua formação identitária, o que é percebido por (RODRIGUES, et. all. 2017), em sua pesquisa sobre como propagandas influenciam na formação da identidade dos afrodescendentes do município de Dianópolis-Tocantins, que de acordo com essa pesquisa:

“Conforme a figura 02, 78% das entrevistas não aceitam seu tipo de cabelo natural (original), por terem passado toda sua vida por influências ditadoras, por falta de incentivo da família, pela imposição da sociedade sobre a beleza e facilidade em ter um cabelo liso e a falta de representatividade na mídia.” (RODRIGUES, et. all., 2017, p.2)

Diante disso elas afirmam que:

“As possibilidades de informações que cada um tem e as experiências vividas desde a infância até a idade adulta fazem com que as pessoas criem diferentes conceitos sobre a forma como encaram seu cabelo e traços, descendentes das populações que vieram do continente africano” (RODRIGUES, et.all, 2017, p.1).

Para Costa (2016) “a relação da mulher negra com o cabelo é extremamente complexa desde a infância, é dolorosa e deixa marcas”, tratar ações como o ocorrido como situações corriqueiras e sem importância é negligenciar as consequências e marcas que poderão embasar como essa menina poderá se relacionar com suas características identitária, e ainda situações que permearão toda sua vida seja ela emocional, social, educativa e até mesmo profissional (RODRIGUES, et. All, 2017, p. 01).

Moscovici (2003) compreende as representações como algo dinâmico, para ele, elas são criadas, transformadas e modificadas a partir do contexto histórico e social, mesma relação dialética entre indivíduo e sociedade, em sua teoria a superação dos preconceitos está intimamente relacionada com a transformação da representação social acerca daquilo que se tornou negativo. É através da modificação das “representações

preexistentes” adquirindo uma nova existência que podemos consolidar novas visões e maneiras de lidar com os acontecimentos.

Todos os setores da sociedade têm que contribuir com o processo de desconstrução do racismo e a desigualdade étnico-racial que ainda permeia a sociedade brasileira, diante disso a escola é um ambiente primordial para as discussões relacionadas a temática afro-brasileira em relação a sua história, cultura e contribuição do reconhecimento de seu pertencimento e construção de sua identidade de forma positiva. Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639/03 que tem como seu principal objetivo essa contribuição na valorização da história e cultura da África e dos afro-brasileiros.

GOMES após sua pesquisa em escolas que trabalharam a temática afro, afirma que:

“o contato com as trinta e seis escolas revelou quão complexa e desafiadora é a efetivação da sustentabilidade das práticas pedagógicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais nas instituições que atenderam a este preceito legal. Entende-se por sustentabilidade das práticas pedagógicas na perspectiva da Lei n.º 10.639/03 e das suas *Diretrizes Curriculares* a possibilidade de o trabalho com a educação das relações étnico-raciais desenvolvido na instituição escolar se tornar parte do cotidiano, do currículo e do PPP, independentemente da ação de um (a) professor (a) ou de uma gestão específica” (GOMES, 2012, 74).

Assim é necessário que todos os professores sejam participes das ações desenvolvidas na escola e muito mais na cobrança como uma ação que perpetue em seus documentos oficiais e não fique diminuta a uma ação isolada que momentaneamente pareça ser grandiosa e bonita, mas que não tenha continuidade para assim então trazer contribuições enriquecedoras na luta contra o racismo e desigualdades ainda existente.

Conforme Marques (2017) toda a carga negativa e preconceitos oriundos do período de escravização da população negra no Brasil, hoje está associado à cor da pele. Hoje ser negro no Brasil é se defrontar com uma gama enorme de barreiras e percalços a serem derrubados. Dessa maneira não é de se estranhar uma população que tente fugir aos moldes e características que o façam ter que lidar e sofrer com as marcas do ser negro num Brasil ainda sobrepujado de preconceito.

“O quesito cor ou raça foi instituído no recenseamento brasileiro realizado em 1872, no qual a população foi subdividida em livre e escrava. Já no levantamento demográfico executado em 1890, introduzem-se as classificações branca, parda e preta. Nos recenseamentos seguintes, aparecem várias denominações referentes à

cor: moreno, mulato, caboclo, amarelo, entre outras. Mesmo com as várias denominações que reverberam o fato da mestiçagem, as dificuldades em lidar com a complexidade das relações que se estabelecem entre raça, classe e cor estão sempre presentes”. (MARQUES, 2017, p. 125)

Toda essa complexidade no surgimento de variações para a denominação da cor corrobora no entendimento de quão pesada é a carga de estar a todo o momento sofrendo com atitudes preconceituosas que levam a uma baixa autoestima e mesmo dificuldades cotidianas na vida social e profissional encarada pela população negra, fazendo com que muitas vezes a negação acabe por ser uma forma de escudo contra os estigmas impostos.

Essa baixa autoestima e negação de seus traços e características são consequências da disseminação da ideologia do branqueamento que atribui “valores negativos a detalhes do corpo dos negros, à imagem do selvagem, inadequado aos padrões de beleza preestabelecidos pelos não negros”. (MARQUES, 2017, p.125).

Essa variação de cores também é percebida no resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo IBGE, em 1980, que (MARQUES, 2017, p.125) traz em seu artigo sobre Bernadina Rich, nessa pesquisa é apontada cerca de cento e trinta seis “cores” diferentes. Esses dados puderam ser obtidos uma vez que cada entrevistado declarava a sua “cor” sem interferências. Marques (2017, p.127) ratifica essa ideia com a citação de Maria Fonseca (2000, p.103-104) que diz: “A cor torna-se distintivo da inferioridade reiterada pelos índices corporais e ideológicos que se tornam signo não erradicável da diferença tida como negativa”.

Algumas ideias relacionadas às diferenças étnicas existentes na sociedade brasileira eram formuladas acreditando que o processo de crescimento do capitalismo colocaria por terra essa diferenciação, sendo apenas observado as diferenças em relação a sua posição no processo produtivo e não mais as questões étnicas (MARQUES, 2017, p. 127), mas o que observamos é que até a atualidade a cor ainda é fator preponderante para muitas ações discriminatórias independente da posição econômica em que o cidadão ocupe, pois são inúmeros os casos relatados de pessoas com poder aquisitivo alto e até mesmo altamente conhecidos na sociedade que são afrodescendentes e já passaram por situações preconceituosas e sofreram ações discriminatórias.

Quando nos colocamos na posição de agir em combate as manifestações de racismo não devemos ficar presos as chamadas manifestações diretas de preconceitos,

pois essa é mais “fácil” de ser apontadas e tomadas medidas sem ser taxados como exageros, ou tratadas como criações da nossa mente, mas devemos sim agir da mesma forma em combate as variações de preconceitos velados que nos deparamos a todo momento e na grande maioria das vezes são tratados como algo comum e sem importância, que quando questionados sobre a atitude recebemos como respostas “não é bem isso que queria dizer”, “coisas que todo mundo fala, mas é porque já virou costume”. São nessas manifestações sinuosas é que são onde o preconceito cria suas raízes e se propaga em nossa sociedade, pois com Bella o preconceito partiu de dentro de casa, de forma sinuosa, como se com aquela atitude tivesse fazendo algo de “bom” para a menina. Como marca dessas atitudes preconceituosas veladas, Marques traz em seu artigo alguns exemplos de homenagens a professora negra, que estão carregadas dessas formas de manifestação sinuosa do racismo, tais como: “oferece a sua alma branca”, “Como a alvura que aclara a branca vela” são atitudes que reforçam a ideia de que o branco é algo bom, que traz paz e eleva o espírito e ao mesmo tempo deixando como algo implícito que o negro para ser bom tem que ser o mais parecido com o branco, que a todo momento na história o vemos sendo considerado como superior, o “colonizador”.

Em nossa sociedade ainda é muito complicado abordar os temas como racismo, preconceito e discriminação racial, uma vez que é muito difícil alguém se assumir como racista, levando assim a não aceitação de tais discussões, com o discurso de polemizar algo que não existe. “Um olhar atento sobre a realidade do povo brasileiro mostra uma sociedade multirracial e pluri-étnica que faz de conta que o racismo, o preconceito e a discriminação não existem” (LOPES, 2015, p.186).

“A memória, vinda das experiências com a escola, a igreja, os meios de comunicação, com as expressões orais – piadas, música, anedotas, vaias etc. – mantém em evidência uma clara referência ao passado escravo vivido pela ancestralidade negra no Brasil. A introjeção desse passado fragmenta negativamente a identidade da criança negra quando ela quer “reconhecer-se no passado e imaginar-se no futuro” (MUSZKAT, 1986, p. 27 apud ANDRADE, 2015, p.119-120).

São esses os mecanismos de racismo que devem ser cortados pela “raiz”, pois quando alimentamos expressões que contribuem com a negatividade de características atribuída a um povo, estamos contribuindo para que seus descendentes não sintam orgulho de pertencer a essa determinada origem e se utilizem de subterfúgios para poder

nega-lo, prática que se consolidou como uma das “formas mais expressivas de dominação do branco sobre o negro, em que a pessoa que fala naturaliza as implicações do discurso que profere e é construído ao longo da vida como sendo comum, normal (MARQUES, 2017, p.130).

Devemos sempre estar suscitando discussões a respeito dessas naturalizações imposta pelo mito da democracia racial uma vez que é através dele que todas as ações preconceituosas que contribuem para a perpetuação do racismo em nossa sociedade são mascaradas, mantendo-o num patamar de “falso problema”, o que ocasiona a dificuldade de promover discussões relacionadas ao combate ao racismo, à promoção de igualdade racial e ao reconhecimento da importância histórica e cultural de africanos e de seus descendentes no Brasil, por não serem consideradas relevantes e muitas vezes até como um problema já superado (RIBEIRO, 2018, p. 404).

Se todas as pessoas que passarem ou até mesmo presenciarem atitudes racista, se posicionarem como a mãe da Bella o fez e trazer à tona os acontecimentos propiciarão debates e discussões que fortalecerão ações que promovam a igualdade étnico-racial e o respeito e valorização da história e cultura afro-brasileira.

Quando insistimos nas discussões relacionadas à erradicação do racismo e todas as manifestações discriminatórias nele pautados, o fazemos com a convicção de que “as pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação” (LOPES, 2015, p.188), são elas desenvolvidas em convivências com seus pares, seja no meio social, escolar, profissional e familiar, assim da mesma forma que são construídos podem ser reconstruídas novas formas de pensar e de agir dentro de uma sociedade.

Precisamos combater efetivamente os atos discriminatórios, fazendo com que os direitos sejam respeitados e demonstrar que todos pertencemos a uma sociedade construída pela diversidade e que somos protagonistas dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Inaldete Ribeiro de. **Construindo a autoestima da criança negra**. In MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. [Brasília]: Ministério da

Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2015.

ESTADÃO. Mãe desabafa após madrasta cortar e alisar cabelo de sua filha. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,mae-desabafa-apos-madrasta-cortar-e-alisar-cabelo-de-sua-filha-sem-autorizacao,70002384228>. Acesso em 20 de Julho de 2018.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Negro midiático**: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa. Revista USP, São Paulo, n. 609, p. 80-91, março/maio. 2006.

GOMES, Nilma Lino (org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC/Unesco, 2012.

JANZ, Rubia Caroline. **Lei 10.639/03: O que os alunos do 1º ano do ensino médio sabem sobre a História Africana e Afro-brasileira?** Dissertação (Mestrado História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Ponta Grossa. 2016

LOPES, Vera Neuza. **Racismo, preconceito e discriminação**. In MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2015.

MARQUES, Ana Maria; GOMES, Nailza da C. Barbosa. Bernardina Rich (1872-1942): uma mulher negra no enfrentamento do racismo em Mato Grosso. Revista **Territórios&Fronteiras**. Vol.10. n.2 (2017). <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/688>

O GLOBO. **Caso de menina que teve cabelo alisado pela madrasta gera indignação**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/caso-de-menina-que-teve-cabelo-alisado-pela-madrasta-gera-indignacao-22846917>. Acesso em 20 de Julho de 2018.

RIBEIRO, Flávia Gilene; COSTA, Candida Soares. O RACISMO INSTITUCIONAL E SEUS CONTORNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 392-408, fev. 2018. ISSN

2177-2770.

Disponível

em:

<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/457>

RODRIGUES, T; et.all. **O Resgate da identidade negra por meio do cabelo afro**. Belo Horizonte/MG: 69º Reunião Anual da SBPC. 16 à 27 de julho de 2017.

SANTOS, Maria Arlete. **Contribuição do negro para a cultura brasileira**. Ipatinga/Minas Gerais. RTES – Temas em Educação e Saúde, v. 12, p. 217-229, jul-dez/2016.

SILVA, Nanicleison José. **Relações Étnico-Raciais: Um estudo de caso sobre os impactos da lei nº: 10.639/03 no cotidiano escolar**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 2013.

